# SMS 1561857

# 1. ANALISE GERAL

# Necessidades

Permitir que nos casos de retenções por decisão judicial de pensão alimentícia, possa ser realizado mais de um pagamento dentro da mesma competência e o sistema faça corretamente o controle do valor.

Permitir que nos casos de retenção por percentual possa ser limitado a um valor mensal, porém a retenção deve ser feita todo mês. Isso irá permitir por exemplo que seja descontado 10% do rendimento do prestador limitado a R$ 1.000,00 por tempo indeterminado.

Permitir que exista opção de valores de pensão diferenciado para a mesma ação judicial de pensão de acordo com a competência, por exemplo para as ações vinculadas a quantidade de salários mínimos possam ter os valores de retenção atualizados de acordo com a alteração do valor do salário mínimo.

Permitir que cadastros de Decisões Judiciais dos prestadores possam ser alteradas até o momento que não tiver retenção executada pela respectiva regra.

Permitir que sejam utilizados os cadastrados de decisão judicial para controlar empréstimos consignados da operadora com o prestador.

Demonstrar através de relatório os valores já retidos referentes a uma decisão judicial e nos casos que se tenha um valor máximo demonstrar também qual o saldo remanescente para retenção.

# Situação Atual

Atualmente para decisões judiciais por pensão alimentícia o sistema permite que seja parametrizado um valor fixo ou um percentual do rendimento, porém esse desconto é aplicado em todos os pagamentos realizados, sendo assim nos casos de pensão alimentícia de valor especificado, a operadora atualmente tem que fazer um único pagamento para o credenciado para que assim não seja descontado duas vezes o valor da respectiva pensão alimentícia.

Atualmente na decisão judicial baseada em percentual de rendimento não é possível definir um limite de valor mensal, apenas um limite de valor geral para a decisão.

Atualmente o valor ou percentual da decisão judicial é único não podendo variar de acordo com a competência.

Atualmente após cadastrado o registro de decisão judicial no cadastro do prestador, o sistema não permite qualquer tipo de alteração, para assim garantir que retenções já realizadas pelo respectivo cadastro não percam a rastreabilidade das regras.

Para os casos de empréstimo consignado, está sendo cadastrado uma decisão do tipo administrativa e pode ficar em branco o número do processo.

Atualmente só é possível consultar as retenções já realizadas acessando a carga da decisão judicial e abaixo dela verificando as faturas geradas.

# Solução Proposta

Deverá ser criada alguma parametrização para indicar que o valor da respectiva retenção deve ser feito dentro da competência, permitindo assim que possa ser feito vários pagamentos para o prestador dentro da mesma competência e o sistema não faça a retenção em duplicidade.

Deverá ser criada alguma parametrização para indicar que o desconto em percentual tem um valor limite mensal de desconto. Esse valor limite deve ser diferente do existente “Reter até o valor”, pois os dois devem funcionar juntos.

Deverá ser criada uma parametrização que permita que os valores ou percentuais de retenção possam ser diferentes de acordo com a competência de pagamento (MM/AAAA). A funcionalidade de “Reter até o valor” continuará única por decisão judicial.

Deverá ser considerada a data de pagamento do PEG (vencimento da fatura) para identificar os pagamentos de mesma competência.

Será alterado o cadastro de decisão judicial do prestador para que seja possível alterar os registros mesmo após incluído, porém a alteração só poderá ser feita desde que não se tenha sido gerada faturas referentes a respectiva decisão judicial.

Permitir que sejam cadastradas retenções de rendimentos dos prestadores para que sejam descontados os valores de empréstimos consignados dos prestadores com a operadora. Para isso será criado outra opção no campo “Tipo” chamada “Outros”, sendo assim o campo Tipo ficará com as opções: “Administrativa”, “Judicial” e “Outros”, pois nesse caso de outros nunca deve existir nenhuma validação para numeração de processo.

Nesses casos de empréstimos consignados o Benner não irá fazer nenhum cálculo de quantidade de parcelas, juros, multas, etc., apenas será possível parametrizar um valor mensal a ser descontado do prestador. Caso o rendimento do prestador não seja suficiente para o desconto o sistema não irá fazer nenhum controle, caberá a operadora identificar esses casos e trata-los manualmente.

Criar um relatório que demonstre todas as faturas relacionadas a uma decisão judicial do prestador.

# Itens fora de escopo

O seguinte parágrafo do DV: “Quando se utiliza o cálculo de retenção por valor fixo, não está habilitando a opção de marcar se é por valor liquido ou valor bruto”, não será tratado, pois essa questão de liquido ou bruto só faz sentido em descontos baseados em percentual.

Não serão alteradas as regras de prioridades das decisões judiciais existentes no cadastro do prestador.

Os demais cenários apresentados nos documentos anexo a SMS, como a retenção por decisão judicial até um respectivo valor, ou a pensão alimentícia baseado em um percentual do rendimento, não terão as histórias descritas por se entender que a funcionalidade atual do sistema já atende esses cenários.

Nos casos em que o valor estipulado pela decisão judicial for superior ao valor líquido a pagar pelo prestador, o sistema não terá como fazer o cumprimento da determinação judicial visto que o rendimento não foi suficiente. Nesses casos o valor que faltou em uma competência não será acumulado para cobrança em competências posteriores.

Nos casos de desconto de empréstimo consignado o Benner não irá fazer nenhum cálculo de IOF ou qualquer outro tributo referente aos empréstimos e não irá existir nenhuma alteração para atender legislação de empréstimos, essa funcionalidade é apenas para que se retenha um valor do prestador em função do seu rendimento.

# 2. Histórias de Usuário

**História 1 – Retenção de Rendimentos – Pensão Alimentícia.**

EU, como responsável pelo pagamento da rede credenciada, QUERO poder realizar a retenção de rendimentos de prestadores PARA atender a determinação judicial de pensão alimentícia.

**Critérios de aceitação**

- Deverá ser possível realizar a retenção de um respectivo valor por mês, independentemente de quantos pagamentos sejam feitos dentro da competência.

- A parametrização deverá permitir que seja feita uma única vez e não precise ser parametrizado novamente a cada competência.

- Quando no primeiro pagamento do mês, o valor líquido a pagar não for suficiente para atender a determinação judicial, e caso existam mais pagamentos dentro da mesma competência, o valor da pensão alimentícia deve ser complementado por esses novos pagamentos.

- Deve ser possível para a mesma ação judicial especificar valores de acordo com a competência de pagamento.

**Cenário 01 – Único pagamento dentro do mês**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar o valor de R$ 1.800,00 mensais de pensão alimentícia.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 1.800,00 referente a pesão alimentícia repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 3.549,10.

**Cenário 02 – Dois pagamentos dentro do mês, sendo que o primeiro já reteve o valor necessário**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar o valor de R$ 1.800,00 mensais de pensão alimentícia.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 1.800,00 referente a pesão alimentícia repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 3.549,10.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG dentro da mesma competência com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 5.000,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 5.000,00

Desconto de INSS: R$ 0,00

Desconto de IRRF: R$ 1.375,00

Valor líquido: R$ 3.625,00

**ENTAO** não deverá ser gerado nenhum desconto referente a pensão alimentícia, visto que o valor mensal de R$ 1.800,00 já foi descontado.

**Cenário 03 – Dois pagamentos dentro do mês, sendo que o primeiro não conseguiu reter o valor necessário**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar o valor de R$ 1.800,00 mensais de pensão alimentícia.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 1.950,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 1.950,00

Desconto de INSS: R$ 214,50

Desconto de IRRF: R$ 0,00

Valor líquido: R$ 1.735,50

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 1.735,50 referente a pesão alimentícia repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 0,00.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG dentro da mesma competência com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 2.000,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 2.000,00

Desconto de INSS: R$ 220,00

Desconto de IRRF: R$ 172,53

Valor líquido: R$ 1.607,47

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 64,50 referente a pesão alimentícia (a diferença para R$ 1.800,00) repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 1.542,97.

**Cenário 03 – Pensão alimentícia indexada ao salário mínimo**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar o valor de dois salários mínimos mensais de pensão alimentícia.

**E** foi parametrizado na sua pensão o seguinte desconto:

01/2017 – R$ 1.874,00

01/2018 – R$ 1.908,00

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG em 12/2017 com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 1.874,00 referente a pesão alimentícia repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 3.475,10.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG em 01/2018 com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 1.908,00 referente a pesão alimentícia repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 3.441,10.

**História 2 – Retenção de Rendimentos – Empréstimo Consignado.**

EU, como responsável pelo pagamento da rede credenciada, QUERO poder realizar a retenção de rendimentos de prestadores PARA que seja possível descontar valores referentes a empréstimos negociados com a operadora.

**Critérios de aceitação**

- Deverá ser possível parametrizar um percentual de desconto, porém com um limite mensal em valor (opcional). Ainda deve ser possível usar em conjunto com a opção existente atualmente de “Reter até o valor”.

- A parametrização deverá permitir que seja feita uma única vez e não precise ser parametrizado novamente a cada competência.

- Deve ser possível para a mesma retenção de rendimentos referentes a outros tipos (Empréstimo Consignado) especificar percentuais de acordo com a competência de pagamento.

- Deverá ser possível indicar que não se tratada de uma Processo Administrativo ou Decisão Judicial (Tipo: “Outros”).

**Cenário 01 – Único pagamento dentro do mês**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar 10% do seu rendimento bruto, limitando a R$ 500,00 por mês.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 500,00 referente a retenção do rendimento repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 4849,10.

**Cenário 02 – Dois pagamentos dentro do mês, sendo que o primeiro já reteve o valor necessário**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar 10% do seu rendimento bruto, limitando a R$ 500,00 por mês.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 7.000,00

Valor glosado: R$ 200,00

Valor a pagar: R$ 6.800,00

Desconto de INSS: R$ 621,04

Desconto de IRRF: R$ 829,86

Valor líquido: R$ 5.349,10

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 500,00 referente a retenção do rendimento repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 4849,10.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG dentro da mesma competência com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 5.000,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 5.000,00

Desconto de INSS: R$ 0,00

Desconto de IRRF: R$ 1.375,00

Valor líquido: R$ 3.625,00

**ENTAO** não deverá ser gerado nenhum desconto referente a retenção de rendimentos, visto que o valor máximo mensal de R$ 500,00 já foi descontado.

**Cenário 03 – Dois pagamentos dentro do mês, sendo que o primeiro não conseguiu reter o valor necessário**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar 10% do seu rendimento bruto, limitando a R$ 500,00 por mês.

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 1.950,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 1.950,00

Desconto de INSS: R$ 214,50

Desconto de IRRF: R$ 0,00

Valor líquido: R$ 1.735,50

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 195,00 referente retenção de rendimentos, repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 1.540,50.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG dentro da mesma competência com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 2.000,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 2.000,00

Desconto de INSS: R$ 220,00

Desconto de IRRF: R$ 172,53

Valor líquido: R$ 1.607,47

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 200,00 referente retenção de rendimentos repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 1.407,47.

**Observação**: Nesse caso não se atingiu o limite mensal de R$ 500,00, porém o sistema não irá fazer nenhum acumulo para competências posteriores.

**Cenário 03 – Relatório de decisões judiciais**

**DADO QUE** existe um credenciado que deve pagar 10% do seu rendimento bruto em 2017 e 12% do seu rendimento bruto em 2018, limitando a R$ 500,00 por mês.

**E** foi parametrizado na sua retenção de rendimentos o seguinte desconto:

01/2017 – 10%

01/2018 – 12%

**QUANDO** for realizado o faturamento do pagamento de um PEG em 12/2017 com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 3.000,00

Valor glosado: R$ 0,00

Valor a pagar: R$ 3.000,00

Desconto de INSS: R$ 330,00

Desconto de IRRF: R$ 57,45

Valor líquido: R$ 2612,55

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 300,00 referente a retenção de rendimentos repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 2.312,55.

**E** quando for realizado o faturamento de um segundo PEG em 01/2018 com os seguintes valores:

Valor apresentado: R$ 3.000,00

Valor glosado: R$ 00,00

Valor a pagar: R$ 3.000,00

Desconto de INSS: R$ 330,00

Desconto de IRRF: R$ 57,45

Valor líquido: R$ 2612,55

**ENTAO** deverá ser gerado o repasse de R$ 360,00 referente a retenção de rendimentos repassando ao credenciado o valor líquido de R$ 2.252,55.

**História 3 – Retenção de Rendimentos – Empréstimo Consignado.**

EU, como responsável pelo pagamento da rede credenciada, QUERO poder emitir um relatório contendo os valores já retidos de uma determinada decisão judicial PARA que seja possível verificar os valores e o saldo remanescente quando existir.

**Critérios de aceitação**

- Deverá existir uma data de referência (obrigatória) como filtro, pois serão demonstradas somente as decisões judiciais vigentes nessa data.

- Deverá existir um campo de tipo da retenção (opcional) como filtro, para listar somente as decisões daquele tipo, somente quando informado.

- Deverá existir um campo de prestador (opcional) como filtro, para listar somente as decisões daquele prestador, somente quando informado.

- Deverão ser apresentadas no relatório todas as decisões que se encaixarem no filtro.

- Deverão ser demonstradas as informações cadastrais da decisão como um cabeçalho, inclusive os valores a reter de acordo com a vigência (nova funcionalidade dessa SMS).

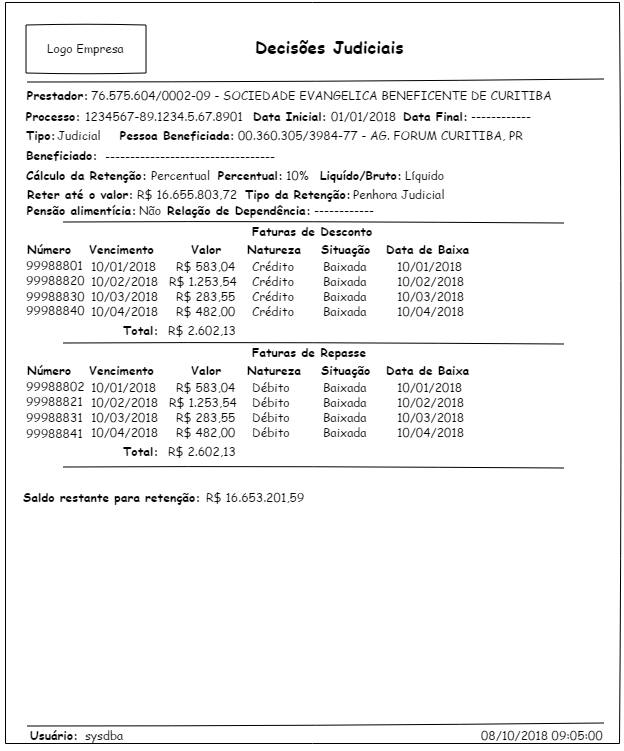
- Deverá haver uma quebra de página para cada decisão judicial, mesmo que seja do mesmo prestador.

- Deverão ser listadas as faturas de retenção (Crédito) separada das faturas de encaminhamento dos valores (Débito).

- Nos casos que existir valor máximo a reter deverá ser apresentado o saldo remanescente da decisão judicial

- Não será demonstrado os valores que não foram retidos pela falta de produção, caberá ao usuário analisar as informações caso a caso, pois podem haver diversas variações como por exemplo valores a reter diferentes por competência.

- Segue protótipo abaixo:



# 3.Outras informações relevantes:

Anteriormente já foram feitas alterações na regra de decisão judicial pela SMS 355325, essas regras não serão alteradas, somente está sendo feito um complemento da funcionalidade.